



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569927 - PE (2020/0077772-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ETIENE VIEIRA GONÇALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Neste *writ*, o impetrante alega que: a) "encontrando-se preso cautelarmente até então, ou seja, por 04 (quatro) anos, aguardando ver o processo findar e sem dar causa a morosidade, caracterizando um excesso de prazo sem precedentes" (e-STJ, fl. 4); b) "após impetrar *Habeas Corpus*, mais precisamente em 02.03.2020, data da distribuição a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sequer, fora analisado até a presente data o pedido" (e-STJ, fl. 4); c) "falta de fundamentação idônea para decretar a prisão preventiva" (e-STJ, fl. 5); d) "considerando o atual quadro de pandemia que assola o mundo, causada pela infestação do Coronavírus, este paciente se encontra em situação ainda mais vulnerável" (e-STJ, fl. 7).

Pleiteia a concessão da ordem para que lhe seja concedido o direito de recorrer em liberdade.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator